Requerimento :: Requerimento de Urgência Especial: 373 / 2026

Autor: Ver. Chicão Vianna

Requeiro a mesa, ouvido o douto plenário na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Corumbá, solicitando informações acerca de possíveis cortes ou reduções nas gratificações por dedicação exclusiva concedidas aos servidores públicos municipais.

Embora não tenha sido identificada, até o presente momento, publicação oficial acerca dessas alterações, chegaram ao conhecimento deste Gabinete informações de que a Administração Municipal teria promovido cortes ou reduções nas referidas gratificações.

Nesse sentido, reconhecendo que a concessão e a revisão dessas vantagens estão inseridas na esfera de competência da Administração Municipal, observada a legislação aplicável, **requer-se que sejam prestados os seguintes esclarecimentos:**

1. Os cortes ou reduções nas gratificações por dedicação exclusiva foram efetivamente realizados? Em caso positivo, a partir de qual período?

2. As medidas foram aplicadas de maneira isonômica e uniforme a todos os servidores que percebiam a referida gratificação ou houve tratamento diferenciado entre os beneficiários?

3. Em caso de tratamento diferenciado, quais foram os critérios objetivos adotados para definir os servidores que tiveram suas gratificações reduzidas ou suprimidas e aqueles que permaneceram recebendo os respectivos valores?

4. **Qual o impacto financeiro e orçamentário decorrente dos referidos cortes na folha de pagamento do Município**, especificando a economia mensal efetivamente obtida e a projeção de economia anual, caso as medidas sejam mantidas?

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade esclarecer informações recebidas por

este Gabinete acerca de possíveis cortes nas gratificações por dedicação exclusiva concedidas aos servidores municipais.

Embora se reconheça a competência da Administração Municipal para a concessão, revisão ou supressão dessas vantagens, observada a legislação aplicável, tais decisões devem respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e transparência.

Além disso, considerando os reflexos dessas medidas sobre a remuneração dos servidores e as despesas com pessoal, mostra-se pertinente conhecer os critérios adotados e o impacto financeiro e orçamentário efetivamente produzido, permitindo avaliar os resultados da medida para as finanças municipais e assegurar a transparência dos atos administrativos.

SALA DAS SESSÕES, 03 de Novembro de 2026

Chicão Vianna
Vereador(a) - REPUBLICANOS